Considerando as reiteradas reclamações junto à Secretaria Municipal de Saneamento, grupos técnicos estiveram no local fazendo o levantamento da problemática, porém, à época, alegaram não terem capacidade operacional para solucionar o problema (!).

Considerando omissão pela Secretaria responsável, os moradores protocolaram pedido junto a este órgão ministerial em 03.03.2008 informando que o problema tem aumentado, bem como ressalta a matéria do jornal O Liberal de 29.02.2008 (Caderno Atualidades, p. 9), “as inundações começaram a piorar há cerca de cinco anos” Rua dos Caripunas e “(...) a água impede as pessoas de saírem de casa e tem causado prejuízo financeiro”.

Considerando ainda a matéria jornalística, a Secretaria Municipal de Saneamento afirma “(...) apenas o trecho alvo da reclamação está localizado em uma área de cota baixa, por isso, recebe um grande volume de água de outras áreas próximas durante as fortes chuvas (...)”, acrescenta que “(...) o problema é agravado pelo entupimento da rede de drenagem pluvial por causa do despejo de lixo e entulho nas vias”.

Considerando ineficazes as medidas administrativas tomadas por este órgão, uma vez que as Secretarias Municipais de Urbanismo e de Saneamento não souberam afirmar com precisão a qual delas cabe a execução do serviço. Pois, segundo informações da SESAN, “a via em questão está localizada na Sub Bacia II da Bacia da Estrada Nova, onde estão sendo realizadas as obras de Macrodrenagem sob responsabilidade da SEURB”. E, segundo a Secretaria de Urbanismo, “por se tratar de assunto referente à manutenção e limpeza de rede de drenagem, encaminhamos a solicitação para a SESAN que é órgão responsável pelo serviço”.

Considerando o artigo 267 da Constituição do Estado do Pará que dispõem como dever dos Poderes Estadual e Municipal a garantia aos seus cidadãos do serviço de “saneamento básico, compreendido, na sua concretização mínima, como os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de resíduos sólidos e de drenagem urbana e rural, considerado como de relevância pública, cabendo-lhes adotar mecanismos institucionais e financeiros para tal fim”.

RESOLVE, nos termos das disposições do artigo 27, parágrafo único, e inciso IV, da Lei nº 8.625/93, bem como no contido no art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06:

RECOMENDAR:

1 À SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO:

1.1 Que tomem as devidas providências a fim de solucionar os alagamentos na Rua dos Caripunas no perímetro compreendido entre as Travessas dos Apinagés e dos Tupinambás, bairro, Juronas.

1.2 Caso não haja previsão orçamentária para a realização da obra, que proponha a inclusão no orçamento municipal para o exercício financeiro de 2013 especificamente para aquela localidade.

2 À SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

2.1 Que inclua a realização da obra na dotação orçamentária para o exercício financeiro de 2013.

3 AO MUNICÍPIO DE BELÉM, por meio de sua SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

3.1 Para acompanhamento e orientação aos órgãos de execução para cumprimento desta Recomendação.

RECOMENDAR ainda às organizações ora responsabilizadas pelo cumprimento do presente ato, que cientifiquem ao Ministério Público Estadual, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento desta, das providências e medidas efetivadas no sentido de cumprir a orientação.

ADVERTIR que o não atendimento sem justificativa da presente recomendação importará na responsabilização, visando a resguardar os bens ora tutelados, inclusive, com a propositura de apropriada ação civil pública por improbidade administrativa, conforme previsto no art. 11 da Lei 8.429/92. Publique-se e Encaminhe-se às pessoas e autoridades recomendadas.

Belém (PA), 30 de agosto de 2012.

RAIMUNDO DE JESUS COELHO MORAES

3º Promotor de Justiça de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém

RECOMENDAÇÃO Nº 023/2012 – MP - PJ MA/PC/HU - BEL NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 445385

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por meio do 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, e art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06, e;

Considerando as informações contidas nos autos do Procedimento Administrativo Preliminar nº 038/2012 – MP – 3º PJ/MA/PC, instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, que solicita a construção de uma ponte com duplo sentido para automóveis “que permitam o acesso entre Travessa Timbó e a passagem das Flores, no canal do Galo”, bairro Telégrafo.

Considerando que o sistema viário naquela localidade contribuirá para a melhoria da malha viária, da segurança pública e da limpeza urbana, além de proporcionar maior mobilidade aos moradores.

RESOLVE, nos termos das disposições do artigo 27, parágrafo único, e inciso IV, da Lei nº 8.625/93, bem como no contido no art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06:

RECOMENDAR:

1 À SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO:

1.1 Que elabore e execute o projeto de ampliação do sistema viário naquela localidade com a interligação da Travessa Timbó com a passagem das Flores, bairro Telégrafo, por meio da construção de ponte.

1.2 Caso não haja previsão orçamentária para a realização da obra, que proponha a inclusão no orçamento municipal para o exercício financeiro de 2013 especificamente para aquela localidade.

2 À SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

2.1 Que inclua a realização da obra na dotação orçamentária para o exercício financeiro de 2013.

3 AO MUNICÍPIO DE BELÉM, por meio de sua SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

3.1 Para acompanhamento e orientação aos órgãos de execução para cumprimento desta Recomendação.

RECOMENDAR ainda às organizações ora responsabilizadas pelo cumprimento do presente ato, que cientifiquem ao Ministério Público Estadual, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento desta, das providências e medidas efetivadas no sentido de cumprir a orientação.

ADVERTIR que o não atendimento sem justificativa da presente recomendação importará na responsabilização, visando a resguardar os bens ora tutelados, inclusive, com a propositura de apropriada ação civil pública por improbidade administrativa, conforme previsto no art. 11 da Lei 8.429/92. Publique-se e Encaminhe-se às pessoas e autoridades recomendadas.

Belém (PA), 31 de agosto de 2012.

RAIMUNDO DE JESUS COELHO MORAES

3º Promotor de Justiça de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém

RECOMENDAÇÃO Nº 014/2012 – MP – 3º PJ /MA/PC/HU - BEL NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 445285

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por meio do 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, e art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06, e;

Considerando as informações contidas nos autos do Procedimento Administrativo Preliminar nº 035/2012 – MP – 3º PJ/MA/PC/HU, instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, que trata de obra não concluída pela Secretaria Municipal de Saneamento realizada na passagem Jader Barbalho II, bairro Souza, em que falta completar 40 metros de tubulação, instalação de bocas de lobo e o levantamento das galerias na parte baixa da via para igualar-se ao nível de altura da Avenida João Paulo II.

Considerando a atribuição e responsabilidade da Secretaria Municipal de Saneamento, os moradores da passagem protocolaram reclamação junto a essa secretaria em 14.03.2011, porém até o presente momento, não foi encontrada solução para a conclusão da obra na passagem Jader Barbalho II.

Considerando, a política de desenvolvimento urbano, conforme disposto no art. 182 da Constituição Federal e na lei nº 10. 257/01 (Estatuto da Cidade) nos seus artigos 1º e 2º, que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

Considerando, a necessária obediência aos princípios da precaução e da prevenção na esfera de interesse ambiental, e para alcançar tais interesses, necessária a formação de instrumento apuratório próprio.

RESOLVE, nos termos das disposições do artigo 27, parágrafo único, e inciso IV, da Lei nº 8.625/93, bem como no contido no art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06:

RECOMENDAR:

1. À SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO:

1.1. Que conclua a obra iniciada na passagem Jader Barbalho II, bairro Souza.

1.2. Caso não haja previsão orçamentária para a realização da obra neste exercício, que proponha a inclusão no orçamento municipal para o exercício financeiro de 2013, especificando a previsão para aquela localidade.

2. À SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO:

2.1. Que, na hipótese do ponto 1.2. anterior, inclua a realização da obra, com previsão específica, na dotação orçamentária para o exercício financeiro de 2013.

3. AO MUNICÍPIO DE BELÉM, por meio de sua SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

3.1 Para acompanhamento e orientação aos órgãos de execução para cumprimento desta Recomendação.

RECOMENDAR ainda às organizações ora responsabilizadas pelo cumprimento do presente ato, que cientifiquem ao Ministério Público Estadual, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento desta, das providências e medidas efetivadas no sentido de cumprir a orientação acima elencada.

ADVERTIR que o não atendimento sem justificativa da presente recomendação importará na responsabilização, visando a resguardar os bens ora tutelados, inclusive, com a propositura de apropriada ação civil pública por improbidade administrativa, conforme previsto no art. 11 da Lei 8.429/92. Publique-se e encaminhe-se às pessoas e autoridades recomendadas.

Belém (PA), 28 de agosto de 2012

RAIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES

3º Promotor de Justiça de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 445319

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 436193

PORTARIA: 2463/2012

Objetivo: A FIM DE REALIZAR VISTORIA TÉCNICA NAQUELE MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: ART. 145 DA L.E. 5.810/1994

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

BAIÃO/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991716/MAYLOR COSTA LEDO (TÉCNICO ESPECIALIZADO) /

1.5 diárias (Completa) / de 19/09/2012 a 20/09/2012<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

PENSÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 445341

Tipo da Pensão: Previdenciária

Ato: 095/2012

Data: 02/10/2012

Fundamento Legal: ART. 40, § 7º, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C/C O ART. 2º DA LEI FEDERAL Nº 10.887/2004 E ARTS. 6º, INCISO I, 10, 25 E 25-A, TODOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 039/2002

Óbito: 11/05/2012

Órgão: MINISTERIO PUBLICO

Ex-Segurado: PAULO BOULHOSA TAVARES

Cargo: PROMOTOR DE JUSTIÇA

Valor: 14,849.56

Beneficiário(s):

MARIA STELA BOULHOSA TAVARES

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

RECOMENDAÇÃO Nº 018/2012 – MP - PJ /MA/PC/HU - BEL NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 445375

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por meio do 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, e art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06, e;

Considerando as informações contidas nos autos do Inquérito Civil nº 439/2008 – MP – 3º PJ/MA/PC/HU, instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, que trata da obra de inexistência de infraestrutura para as Ruas Antônio Monteiro Júnior, Rua São Sebastião, Rua Santo Amaro, Pass. Santo Amaro, Pass. Santa Terezinha, Pass. Maria dos Anjos, Pass. Marajoara I, Rua Marajoara III, no bairro de Val-de-Cans;

Considerando que as referidas ruas e alamedas necessitam de pavimentação asfáltica, drenagem superficial, rede de drenagem profunda e terraplanagem;

Considerando que a rede de drenagem profunda das referidas ruas e alamedas não é suficiente para impedir os constantes alagamentos;

RESOLVE, nos termos das disposições do artigo 27, parágrafo único, e inciso IV, da Lei nº 8.625/93, bem como no contido no art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06:

RECOMENDAR:

1. À SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO:

1.1 Que realize os serviços e obras de infraestrutura nas ruas e alamedas, conforme descrição:

- Na Rua Santos Dummont: executar o serviço de rede de drenagem superficial (meio-fio e sarjeta) e drenagem profunda.

- Na Rua Marajoara III: padronizar a pavimentação e a drenagem superficial executadas pelos próprios moradores.

- Na Rua Santo Amaro: revisão e reestruturação da rede de drenagem.

- Na Rua Antônio Monteiro Júnior, Rua São Sebastião, Rua Santo Amaro, Pass. Santo Amaro, Pass. Santa Terezinha, Pass. Maria dos Anjos, Pass. Marajoara I: serviços de terraplanagem, drenagem superficial e profunda, e de pavimentação.

1.2 Caso não haja previsão orçamentária para a realização da obra neste exercício, que proponha a inclusão no orçamento municipal para o exercício financeiro de 2013, especificando a previsão para aquela localidade.